



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta, de forma híbrida, reuniu-se o Conselho de Administração — Consad da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da quarta reunião extraordinária de dois mil e vinte e quatro. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Administração — Proad: **Jocigleuson Alves de Oliveira**; Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan: **José Domingues Fontenele Neto**; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas — Progepe: **Rannah Munay Dantas da Silveira**; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae: **Álvaro Fabiano Pereira de Mâcedo**; os Conselheiros representantes dos Centros: Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC: **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**; Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA: **Jacimara Villar Forbelon**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF: **Reudismam Rolim de Sousa**; Centro de Ciências Agrárias — CCA: **José Torres Filho**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS: **Rodrigo Silva da Costa**; Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN: **Andréa Maria Ferreira Moura**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH: **José Albenes Bezerra Júnior**; Centro de Engenharias — CE: **Blake Charles Diniz Marques**; Representantes Docentes: **Francisco Edcarlos Alves Leite**, **Luís Morão Cabral Ferro**, **Elmer Rolando Llanos Villarreal** e **Sharon Dantas da Cunha**. Representantes discentes: **Leonardo Angelo Mendonça**. Representantes Técnico-administrativos: **Alexandre Miranda Rocha**. **Conselheiros com falta justificada**: Rafael Castelo Guedes Martins e Samuel Oliveira de Azevedo. **Conselheiro com falta não justificada**: Joan Luiz de Sousa Freitas.

PAUTA: Ponto único: Apresentação da situação orçamentária da Ufersa no exercício de 2024. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou aberta a reunião e em seguida, leu e colocou em votação as justificativas de ausência do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins, a qual foi aprovada por unanimidade; e do conselheiro Samuel Oliveira de Azevedo, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, realizou a leitura da pauta e a colocou em apreciação. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** frisou que se deveriam ter cuidado nas maneiras pelas quais as justificativas são apresentadas. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** solicitou a participação com fala do Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan, Kerginaldo Nogueira de Medeiros, e do Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Administração — Proad, Márcio Eider de Medeiros Silva. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, comunicou que a nova gestão iniciou-se em 31 de agosto do ano de 2024 e a solicitação para essa reunião se deu pelo compromisso com a transparência e responsabilidade com os recursos públicos. Relatou que inicialmente houve um diálogo com os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

33 diretores(as) e vice-diretores(as) de centro, apresentando a situação orçamentária da Universidade.
34 Destacou que para a gestão, o mais importante seria o funcionamento pleno da Instituição e que
35 todos os compromissos sejam honrados. Informou que um dos primeiros atos de gestão em Brasília
36 ocorreu no dia 17 de setembro e, em reunião com o secretário da Secretaria de Educação Superior
37 — Sesu, foi feita uma solicitação de recomposição orçamentária. A partir disso, foi encaminhado um
38 ofício ao Ministério da Educação — MEC e outro à presidência da república, em que foi exposta a
39 situação orçamentária da Instituição e a necessidade de uma suplementação orçamentária. Reiterou
40 que em reunião com o secretário da Sesu, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, foi apresentada a
41 preocupação com a situação, bem como foi solicitado recursos da ordem de R\$ 6 milhões. Em
42 paralelo, o secretário informou que os 25% restantes da suplementação orçamentária a serem
43 liberados, isto é, R\$ 875 mil, não ocorreram em virtude do decreto nº 12.204 que reprogramou esse
44 limite de empenho que seria liberado em outubro, para ser liberado apenas em dezembro. Além do
45 mais, comunicou que na oportunidade, o secretário da Sesu informou que conseguiria liberar para a
46 Ufersa um recurso de um milhão de reais para ser incrementado no orçamento, além da liberação
47 dos 25% restantes da suplementação orçamentária. Informou que, recentemente, em um evento
48 ocorrido na Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, em Natal, houve a presença
49 do Presidente da República e de vários ministros, inclusive o ministro da Educação, Camilo Santana.
50 Colocou que na oportunidade, conversou diretamente com o ministro da Educação, em que
51 apresentou a situação e solicitou a suplementação do orçamento da Ufersa para que se possa
52 conseguir finalizar o ano sem maiores problemas. Por último, frisou que o que se quer, é garantir o
53 funcionamento da Instituição. Na sequência, colocou a pauta em votação, a qual foi aprovada por
54 unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
55 colocou em discussão o ponto de pauta. Seguidamente, colocou em votação a participação com fala
56 do Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan, Kerginaldo Nogueira de Medeiros,
57 e do Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de Administração — Proad, Márcio Eider de Medeiros Silva;
58 as quais foram aprovadas por unanimidade. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** questionou qual
59 seria exatamente o objetivo da reunião, uma vez que não estaria claro no ponto de pauta. Em
60 resposta, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** pontuou que o cenário que está em
61 perspectiva não é um cenário agradável e é importante que, através dessa reunião, a comunidade
62 universitária possa tomar conhecimento sobre a situação orçamentária da Universidade. E, para além
63 desse conhecimento, solicitou a compreensão dos demais gestores, porque haverá situações em que
64 será preciso dizer “não”, bem como será preciso começar a restringir ações para que se consiga
65 chegar ao final do ano da melhor maneira possível. Posteriormente, ao iniciar a apresentação do
66 relatório, disse que a situação orçamentária da Universidade está relativamente bem descrita no
67 documento que foi encaminhado para a reunião, mas que seria importante fazer alguns comentários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

68 Relatou que assumiu a Proplan há pouco mais de 47 dias e que para adentrar a questão
69 orçamentária, foi preciso saber como estava a questão da saúde financeira da Unidade e para isso,
70 procurou-se verificar quais eram as despesas previstas para 2024. A partir do levantamento de todas
71 essas despesas, buscou-se, através da análise no tesouro nacional no Sistema Integrado de
72 Administração Financeira — Siaf, qual era o crédito orçamentário da Ufersa. Na sequência, sabendo
73 qual é a despesa e o crédito, falou que é possível visualizar quais são os saldos que se tem na
74 Universidade para atender os principais grupos de despesa, como a Política Nacional de Assistência
75 Estudantil — PNAES, o saldo de custeio e o saldo de capital. Observou que há um bloqueio de limite
76 de empenho e isso significa que não foi possível usar o crédito disponível para empenhar qualquer
77 outra despesa. Ao falar sobre análise de aquisição de materiais de consumo, disse que são
78 consideradas apenas as despesas consideradas emergenciais. Sobre o levantamento dos créditos
79 disponíveis, falou que já consta a suplementação orçamentária feita em julho deste ano, em que
80 cerca de 85% dessa suplementação já foi paga. Ressaltou que a situação orçamentária seria apenas
81 uma previsão, dado que imprevistos acontecem. Apontou que há um saldo para investimento da
82 ordem de R\$ 600 mil e que, a partir da semana que vem, vai ser solicitado o remanejamento desse
83 recurso para custeio, assim como já foi feito em agosto, em que houve o remanejamento de cerca de
84 R\$ 2 milhões de investimento para custeio. Acrescentou, também, que há um recurso da ordem de
85 R\$ 320 mil que é de investimento, portanto, não pode ser remanejado para custeio e por isso, vai ser
86 gasto na aquisição de material permanente. Considerando o levantamento de despesa e crédito
87 disponível, observou que para honrar todos os compromissos da PNAES, será necessário um pouco
88 mais de R\$ 2 milhões de reais. Para o custeio, relatou que há um déficit em torno de R\$ 3,6 milhões
89 envolvendo todas as despesas. Ao analisar o que se tem disponível e o que tem previsto para ser
90 gasto, encontra-se de um déficit em torno de R\$ 5 milhões, sendo essa a situação da Universidade
91 atualmente. O convidado **Kerginaldo Nogueira de Medeiros** comunicou que nesse levantamento
92 são considerados os valores empenhados nos contratos. Acrescentou, também, que o saldo total
93 orçamentário está considerando o remanejamento do capital do saldo positivo de capital. Em
94 complemento, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que o valor de R\$ 5 milhões
95 considera que já se tenha aprovado o remanejamento de cerca de R\$ 635 mil de capital para custeio.
96 Colocou que existe um claro desequilíbrio orçamentário entre a despesa e a receita, isto é, gastou-se
97 mais do que se deveria gastar. Observou que essa situação pode ter sido causada pela necessidade
98 de um aumento de despesas na assistência estudantil, com o aumento de bolsas e auxílios que não
99 são regulamentados. Pontuou que há fortes indícios de que houve pagamentos de despesas de 2023
100 com o recurso de 2024 e que apesar de não haver como comprovar isso, há elementos que sugerem
101 que isso aconteceu. Falou que quando se analisa a mão de obra terceirizada da Ufersa, percebe-se
102 um salto, de 2019 até 2023, de cerca de 99 pessoas e que não há nada, nesses últimos anos, do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ponto de vista de ampliação infraestrutural da universidade, que justifique essas contratações. O conselheiro **Jocigleuson Alves de Oliveira** disse que esses dados estão presentes no relatório de gestão apresentado pela gestão anterior, ou seja, a fonte desses dados seria o relatório de gestão. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** informou que algumas medidas já foram tomadas, medidas essas que foram discutidas em nível de gabinete e que há outras sendo trabalhadas para que possam ser executadas da melhor forma. Como posto pelo presidente deste conselho, Rodrigo Nogueira de Codes, reiterou que já estão sendo desenvolvidos esforços na busca de recursos extras que, a priori, é algo difícil, dado a situação orçamentária do país como um todo. Pontuou que foi promovida a suspensão de contratos que tem atendimento por demanda e apesar disso, afirmou que não se estaria proibindo que aconteçam as despesas, mas apenas regulando-as. Expôs o início de um trabalho de redução de postos terceirizados, em que cerca de 30 terceirizados serão desligados da Universidade, representando uma economia anual de cerca de R\$ 1,5 milhões que vai impactar ao longo de 2025. Falou que foi iniciado um estudo para fazer a revisão dos contratos que têm concessão de espaço físico, uma vez que precisam alterar os valores que estão sendo pagos por essas concessões porque isso acaba sendo uma fonte a mais de receita, visando, assim, um equilíbrio nesses contratos. Repassou que há a formalização de uma comissão que está regulamentando os auxílios de acesso estudantil. Além disso, disse que estariam discutindo normativos para regular o uso de transportes e também as boas práticas na gestão de energia elétrica, sendo este último, um insumo extremamente caro e que é usado deliberadamente. Ressaltou que 2025 vai ser um ano relativamente complexo do ponto de vista orçamentário, dado que não se sabe como o ano de 2024 será finalizado. Sobre o *e-mail* enviado, para o interdcentes pela ex-reitora da Ufersa, afirmou que não existe nenhum regulamento que diga que a Proplan necessita de ser gerido por um contador. Apontou que o desconhecimento do déficit da Universidade em 2024 demonstrado no *e-mail* enviado parece irreal, isso porque, na primeira reunião ordinária deste Conselho ficou claro que o limite liberado no orçamento pelo MEC era insuficiente para cobrir todas as despesas. Informou que em outubro de 2023, o memorando encaminhado pela ex-reitora e assinado pelo Pró-Reitor da Proplan, Moisés Ozório De Souza Neto e pela Pró-reitora Adjunta, Daiane Ferreira da Costa, dizia o seguinte: *"Vimos encaminhar no relatório anexo a situação orçamentária da instituição que demonstra a INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA para continuidade das atividades de funcionamento e, portanto, exige a adoção de medidas imediatas para redução de despesas. Considerando que a situação atinge todas as áreas, sugerimos que seja realizada reunião com a equipe de gestão a fim de que todos colaborem com a implementação das medidas necessárias. No documento anexo (Excel) consta na aba RESUMO a síntese da situação e nas abas seguintes consta o detalhamento das principais demandas"*. Seguidamente, falou que o resumo em anexo apontava, em 2023, um déficit de aproximadamente R\$ 11 milhões, havendo um déficit na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PNAES de R\$ 3,6 milhões e um déficit de custeio de mais R\$ 8 milhões, no qual desconhece as medidas de restrição que foram tomadas. Reforçou, mais uma vez, que o sentido desta reunião é para tornar público a situação orçamentária da Ufersa. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, agradeceu as explicações. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** inicialmente parabenizou a apresentação feita pelo conselheiro José Domingues Fontenele Neto. A seu ver, disse que é possível desvendar se houve ou não movimentações bancárias em 2024 para pagar as despesas do ano de 2023, uma vez que isso tem que ser esclarecido. Em direcionamento aos conselheiros, questionou se era necessário provocar uma auditoria para averiguação das contas e movimentações de 2023, dado que, se houve utilização de dinheiro para além do que havia disponível, isso é um erro grave na gestão e, portanto, deve ser analisado. Acrescentou que as universidades têm que começar a procurar, também, recursos externos aos recursos do governo para poder manter o funcionamento. Em complemento, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** colocou que, dentre as várias ilações que estão naquele documento que foi enviado para o interdcentes, uma delas diz que a gestão atual gastou R\$ 257 mil em diárias e passagens, mas que este recurso, na verdade, foi gasto por um todo pela Ufersa no mês de setembro. Na continuidade, disse que ao analisar o mesmo site que foi fornecido e no qual se avaliou as despesas de viagens, observa-se que em agosto de 2024 foi gasto apenas pelo gabinete da reitoria quase R\$ 118 mil em diárias e passagens e, em virtude desses números, falou que não há o que se discutir sobre uso indevido de recursos. Ademais, frisou ser desagradável receber esse tipo de insinuação. O conselheiro **Jocigleuson Alves de Oliveira**, em relação ao documento enviado aos interdcentes e encaminhado aos técnicos-administrativos pelo antigo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Júlio César Rodrigues de Sousa, em que também é questionado o levantamento feito pela Proad em relação aos contratos, mais especificamente o contrato de seguros da frota de veículos da instituição, disse que este foi projetado como uma despesa e o processo ainda está em licitação. Informou que 32 desses veículos estão totalmente descobertos de seguros desde o dia 17 de julho. Ressaltou que o levantamento feito pela Proad foi feito pelos servidores do setor de contratos, do qual ausentou sua participação por estar nomeado em um cargo de gestão. Bem como, disse que não houve má fé como o documento quer sugerir por parte da Proad. Por sua vez, o conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** parabenizou o trabalho feito pela Proad. Colocou que mesmo suspendendo alguns contratos, isso não é indicativo de resolução da situação, pois, sabendo que muito provavelmente o ano de 2024 será finalizado em déficit, isso afetará o orçamento de 2025, impactando, assim, todo o planejamento da gestão. Sugeriu a possibilidade de apresentação desses números em dezembro para que a comunidade universitária tenha entendimento de quanto vai ser esse déficit. Quanto à questão das bolsas de assistência estudantil que não são regulamentadas, externou estar feliz em saber que elas seriam regulamentadas, uma vez que os estudantes precisam dessa assistência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sobre a questão do seguro dos carros, afirmou ser uma situação grave. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, corroborou com a colocação do conselheiro Sharon Dantas da Cunha sobre a importância da realização de uma apresentação em reunião, ainda que extraordinária, em dezembro. Em relação às bolsas e auxílios, colocou que a questão da permanência é primordial, em que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae junto a uma comissão que foi estabelecida para discutir a questão da regulamentação, estão trabalhando semanalmente para entregar o mais rápido possível uma proposta de minuta para que se tenha essa regulamentação. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** também corroborou com a fala do conselheiro Sharon Dantas da Cunha no sentido da importância de se trazer as informações ao final do ano, para que este Conselho e a comunidade conheçam a situação. Nesse sentido, solicitou que a Assessoria de Comunicação da Ufersa — Assecom possa elaborar uma matéria e fazer a divulgação desse material no site, visando tornar público ainda mais a situação da Universidade. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Mâcedo** acerca da dificuldade operacional que a Ufersa tem vivenciado atualmente, relatou que na semana anterior e nesta, os alunos estão disputando os Jogos Universitários Brasileiros — JUBs e quase que a delegação da Universidade foi impedida de participar simplesmente por estar em dívida com a Federação Norteriograndense de Desporto Universitário — FNDU, onde, em seguida, apresentou as situações e valores pendentes. Quanto aos pontos colocados que afetam a assistência estudantil, a exemplo, os contratos que não são contínuos, falou sobre a dedetização cobrada pelos alunos residentes da vila universitária, mas que, apesar disso, tem sido mostrado para eles o cenário orçamentário da Instituição. Em relação às bolsas que sempre são alvo de questionamentos, informou que a lei da PNAES mudou recentemente e isso ocasionou uma mudança no Programa Institucional de Assistência Estudantil — Piaae, mas que a comissão já está trabalhando para entregar a conclusão do relatório e consequentemente, submeter para a apreciação dos órgãos competentes. Sobre o uso do restaurante universitário, apontou que é de conhecimento de toda a comunidade que pessoas externas à comunidade acadêmica utilizaram em grande quantidade o restaurante universitário e isso, por consequência, tem uma conta. Acrescentou que está sendo feito o levantamento de todas as despesas, do que foi concedido e daquilo que é possível ou não de ser efetuado. No mais, em relação à assistência estudantil, colocou que será trabalhado para que sejam garantidas todas as condições necessárias. A conselheira **Jacimara Villar Forbelon** expôs estar recebendo algumas dúvidas da comunidade acadêmica de Angicos, dentre elas compartilhou as seguintes: “*como que a gestão está prevendo a situação dos campi nas próximas etapas desses ajustes?*” e “*como seria os cortes para 2025 quando se relaciona aos campi fora da sede?*”. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto**, sob o ponto de vista da terceirização, colocou que os *campi* fora de sede não vão ser impactados. Entretanto, afirmou que a questão de aquisição de materiais e outras questões necessárias para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

aquisições vão ser reguladas. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa** questionou se o que a Ufersa teria atualmente de expectativa de recebimento de valores em relação ao que está contingenciado seria somente os R\$ 875 mil. Em resposta, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que não. Apontou que, de crédito disponível, se teria aproximadamente R\$ 6 milhões, no entanto, as despesas previstas passam de R\$ 11 milhões, assim, tem-se uma expectativa de um déficit em torno de R\$ 5 milhões. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa** solicitou que, assim que for feita as definições por parte da gestão em relação ao que vai ser efetivamente priorizado de acordo com as justificativas, que seja repassado através de ofício às direções. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que os ofícios poderiam ser enviados sem nenhum problema, contudo, comunicou que há uma expectativa de gastos visando os emergenciais. Posteriormente, pontuou que a Ufersa como todos os órgãos do Governo Federal, trabalham com uma programação de aquisição e compras, em que no ano anterior comumente é definido o que vai ser comprado para que a Proad trabalhe no processo licitatório. Frisou que neste ano foi registrado para material de consumo, na Proad, mais de R\$ 5 milhões em aquisições, sendo este um valor que supera muito a cota prevista para os centros de aquisição de material, que era em torno de R\$ 600 mil. Ressaltou que a previsão no Plano de Contratação Anual — PCA da aquisição de capital era da ordem de R\$ 11 milhões. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa** disse que o PCA sempre foi metodologia da Proad e Proplan, sendo sempre previsão. Apesar de a previsão exceder muito o real, a seu ver, isso demonstra as necessidades que a Universidade tem, especialmente em relação à compra e aquisição de equipamentos, obras e etc. Relatou que em conversas anteriores com o conselheiro José Domingues Fontenele Neto, foi discutida a ideia de modificação no contexto dos laboratórios para que sejam mais multiusuários e que essas ações, em sua perspectiva, sejam as que possivelmente venham a impactar de maneira positiva financeiramente à Instituição, inclusive dando melhorias de qualidade de trabalho. Acerca dos auxílios que se tem atualmente e que não estão regulamentados, questionou se permaneceriam até o final do ano e numa tentativa de regulamentação. Indagou, também, se o impacto do valor desses auxílios é muito elevado em relação ao total desse déficit. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** informou que, em média, os auxílios não regulamentados representam, anualmente, um impacto de cerca de R\$ 3 milhões. Assim como posto pelo presidente deste Conselho, Rodrigo Nogueira de Codes, que reafirmou que a assistência estudantil sempre foi uma prioridade e dada a situação, optou-se pela regulamentação desses auxílios na expectativa da maior parte deles, senão todos, serem abrigados na PNAES. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa** destacou o empenho que foi feito pela antiga gestão da Proad na tentativa de adequar as questões. Ademais, externou preocupação para com os próximos anos e, também, disse esperar que todos os cursos possam receber avaliação de cinco estrelas, bem como que se faça aquilo que foi colocado em campanha, no sentido de que se consiga apaziguar todos os lados, priorizando assim, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

243 direcionamento para uma excelência acadêmica. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto**
244 explicou que uma das questões que está em processo de amadurecimento é envolver, por exemplo,
245 a Proad, Proplan e a Pró-Reitoria de Graduação — Prograd na elaboração do PCA. O presidente
246 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, corroborou com as palavras do conselheiro Rodrigo
247 Silva da Costa no que diz respeito ao objetivo e alcance das cinco estrelas em cada curso. Diante
248 disso, parabenizou o curso de Medicina que no conceito contínuo obteve 4,89, ou seja, 95% dos
249 indicadores foram cinco, sendo este um feito espetacular para a Instituição. Por último, colocou que é
250 necessário reorganizar, coletivamente, o funcionamento da Universidade para que, brevemente, se
251 possa aprovar uma política de qualidade dos cursos e buscar incessantemente a excelência de todos
252 os cursos de graduação. Na sequência, colocou em votação a participação com fala do
253 representante da Auditoria Interna — Audint, Antônio Gilberto Martins Da Costa, a qual foi aprovada
254 por unanimidade. O convidado **Antônio Gilberto Martins Da Costa** parabenizou aqueles que
255 contribuíram na mostra desses dados relevantes. Apesar disso, questionou quais são as medidas
256 que serão tomadas atualmente, dado que até o presente momento não houve resposta alguma.
257 Destacou que, dentre os números apresentados no relatório, dois dados chamaram sua atenção,
258 sendo: os benefícios de assistência estudantil criados sem regulamentação, que comprometem cerca
259 de R\$ 3 milhões, e o contrato de terceirizados. Afirmou que é preciso ver a lei de responsabilidade
260 fiscal, pois de acordo com seu art. 15, caso a Ufersa decida legalizar essas bolsas se estaria, na
261 verdade, tentando legalizar uma ilegalidade, uma vez que houve um ato lesivo ao patrimônio público.
262 O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que no documento que faz parte da pasta da
263 reunião estariam descritas e elencadas seis medidas iniciais. Sobre as bolsas, colocou que elas não
264 serão pagas como estão sendo agora, tendo em vista que não cabem no orçamento. Frisou que não
265 estariam regulamentando uma situação errada, mas sim, a partir dessa nova lei da PNAES,
266 regulamentando todos os auxílios e o que se espera é que se tenha a maior parte da despesa da
267 PNAES sendo coberta pela PNAES. Declarou que não pode dizer quanto vai ser gasto ou se vai ser
268 gasto, mas que como a PNAES é utilizada para assistência estudantil, a ideia é que esta última deve
269 conter toda PNAES. Falou que há discussões sobre a redução de terceirizados e sobre a
270 regulamentação do uso de transportes. Bem como, disse que há uma série de medidas que parecem
271 pequenas, mas que causam um impacto considerável e que buscam otimizar o uso dos recursos.
272 Colocou que, a priori, não há nenhuma medida drástica, mas que por meio de um levantamento
273 inicial, há uma previsão de que em outubro todas as contas da Universidade sejam pagas. Apesar
274 disso, pontuou que já em novembro há uma previsão de que falte recurso e que em dezembro não se
275 teria cobertura nenhuma de contratos, por isso o déficit de R\$ 5 milhões. Continuou explicando que a
276 liberação de empenho vai implicar em um déficit, isso porque, o que atualmente está empenhado
277 cobre até metade do mês de novembro e que a expectativa é que o limite de empenho seja liberado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

até dezembro. Por último, disse que houve uma sinalização do ministro da Educação, Camilo Santana, no sentido de tentar fazer a liberação desse bloqueio que foi imposto pelo Ministério da Fazenda. O convidado **Antônio Gilberto Martins Da Costa** questionou se as bolsas que foram criadas sem estar regulamentadas seriam suspensas. Apesar dessas bolsas em específico não estarem regulamentadas, o conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Mâcedo** pontuou que não se poderia simplesmente suspender o benefício, uma vez que houve edital e que foi criada uma expectativa por parte dos discentes. Colocou que foram feitas reuniões nos quatro *campi* explicando aos alunos que o recurso da PNAES é insuficiente, mas que os direitos serão mantidos. Informou que com a nova Piae vai ser criado um novo auxílio com outros valores que não são os atuais e que a comissão está trabalhando para, em posterior, apresentar e colocar em apreciação para a comunidade visando, assim, sua regulamentação. Frisou que os auxílios existirão, mas terão previsão orçamentária. A conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura** parabenizou a transparência da equipe. Acerca da expectativa do recebimento do valor de R\$ 875 mil, questionou se este último seria para além da Lei Orçamentária Anual — LOA. Em resposta, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que não. Explicou que a LOA foi alterada com uma suplementação orçamentária. Por conseguinte, a conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura** indagou se essa suplementação ia para além do valor de R\$ 60 milhões mencionados anteriormente. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu que no início do ano se tinha um valor de R\$ 60 milhões e que atualmente se teria em torno de R\$ 65 milhões, isto é, houve um aumento em torno de R\$ 5 milhões em que foram recebidos 75% deste valor e que, portanto, falta receber em torno de 25% desse montante. Nesse entendimento, a conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura** afirmou que atualmente a Ufersa faltaria receber 25% que gira em torno desse número que foi para além da LOA, dado que foi suplementado para além do início do ano. Por sua vez, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** disse que era importante compreender que esse valor não está contabilizado dentro do crédito disponível da Ufersa porque, de fato, ele não existe. Falou que caso seja recebido esse valor e também o valor prometido pelo MEC de R\$ 1 milhão, o déficit deixa de ser de R\$ 5 milhões e passa a ser R\$ 3 milhões. A conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura**, sobre a manutenção do funcionamento dos centros, questionou se poderia continuar pedindo coisas que podem não parecer emergenciais, como por exemplo, uma publicação, ou se será enviado algum tipo de comunicado para além das medidas pontuadas e discutidas. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** devido à situação de déficit orçamentário, o que se tem para gastar em custeio dos centros são aquelas aquisições consideradas emergenciais. Explicitou que mesmo que houvesse a liberação do limite de empenho que está bloqueado, não se teria recursos suficientes para empenhar todas as despesas previstas pelas cotas dos centros e que, portanto, foi tomada a decisão de adquirir aquilo que seja considerado essencial. Seguidamente, a conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura** diante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

da possibilidade que foi colocada do ano de 2023 ter sido pago em 2024, questionou se existe uma responsabilidade de transferência do déficit para o ano de 2025, uma vez que se vislumbra um ano de 2025 difícil. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** colocou que a situação da Universidade atualmente sob o ponto de vista contábil é considerada grave. Explicou que existe um preceito que se encontra na Constituição Federal que é a anuidade do orçamento, ou seja, o orçamento é planejado no ano anterior para ser cumprido ao longo do ano seguinte. Acrescentou que não seria possível transferir despesas de um ano para o outro e que, apesar de não saber como foi fechado o ano de 2023, hoje se estaria discutindo na Proplan junto com a equipe da Diretoria de Contabilidade e Finanças — DCF, qual a melhor forma contábil para registrar esse déficit. Nessa perspectiva, a conselheira **Andréa Maria Ferreira Moura** inferiu que quando se registra a dívida automaticamente se deixa de ter credibilidade no mercado e se isso se torna público, serve de parâmetro para aqueles que estão prestando serviço sobre a continuidade ou não dos contratos. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** se mostrou contrário à ideia de que seja comunicado à Assecom o problema interno que ocorre neste momento, visto que não há nenhum benefício nisso. Em função do que foi dito, sugeriu que a única solução é ir à Brasília apresentar o problema e tentar, politicamente, que o auxílio venha. Frisou que a Universidade é responsável pela qualidade dos ingressos e essa qualidade fica comprometida se não houver dinheiro. Externou acreditar que o Reitor, Rodrigo Nogueira de Codes, tem a capacidade para fazer isso e esse trabalho em Brasília vai ter que ser feito para ajudar. Na continuidade, sugeriu a possibilidade de haver uma auditoria sobre as contas do ano de 2023. Por fim, disse acreditar que é possível melhorar essa situação e que esta gestão é perfeitamente capaz para tal. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pontuou que não se trata de uma questão política, mas sim uma questão técnica para resolver. Quanto ao trabalho em Brasília, informou que já está sendo feito e que continuará sendo feito, empreendendo todos os esforços possíveis. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** corroborou com a fala do conselheiro Luís Morão Cabral Ferro sobre a possibilidade de uma auditoria das contas do ano de 2023, mas solicitou, também, do ano de 2024, visando, assim, uma maior transparência. Em seguida, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, colocou em votação a proposta de encaminhamento do conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite sobre uma auditoria às contas dos anos de 2023 e 2024, para que seja incluída no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna — PAINT; a qual foi aprovada por unanimidade. O conselheiro **Alexandre Miranda Rocha** sugeriu a possibilidade de, como medida, a utilização de estruturas internas para ampliação com relação à iniciativa privada. Disse acreditar que são medidas que, apesar de não amenizar esse grave resultado orçamentário, pelo menos ocasiona a possibilidade de melhorias em alguns pontos. No mais, solicitou ao presidente deste conselho, Rodrigo Nogueira de Codes, e à Secretaria dos Órgãos Colegiados, a disponibilidade de repasse com relação à eleição para o cargo de suplente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

348 deste Conselho no que diz respeito aos técnicos-administrativos em educação — TAEs. Em
349 resposta, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, afirmou que se buscará
350 diligenciar o mais rápido possível. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Mâcedo**, sobre a
351 publicização da situação financeira e contábil da Ufersa, discordou do posicionamento do conselheiro
352 Luís Morão Cabral Ferro, tendo em vista que a Assecom tem por obrigação o dever da transparência
353 ao que está sendo levantado nesta reunião. O conselheiro **Jocigleuson Alves de Oliveira**
354 corroborou com o apontamento do conselheiro Álvaro Fabiano Pereira de Mâcedo. Sobre a
355 publicização, o conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** solicitou que os memorandos
356 apresentados pela Proplan e Proad sejam acrescidos na divulgação e que fossem enviados também
357 por *e-mail* para a pasta deste Conselho. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** alertou para o
358 cuidado ao divulgar certas informações para que não haja maiores problemas do ponto de vista
359 jurídico. Na sequência, nada mais havendo a discutir, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
360 **Nogueira de Codes**, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos
361 Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, na reunião do
362 dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco, segue assinada pelo presidente do Consad,
363 pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e por mim. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.